

Pedro de Almeida Vasconcelos

Professor do Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica de Salvador e do Mestrado em Geografia da Universidade Federal da Bahia; Pesquisador CNPq
pavascon@uol.com.br

Questões metodológicas na geografia urbana histórica¹

Resumo

O texto trata das dificuldades na Geografia Urbana Histórica de examinar as cidades na longa duração. Dois conceitos são propostos inicialmente, o de “períodos densos” e o de “hiatos temporais” para o exame da questão. Em seguida é realizada uma avaliação da literatura que trata da periodização das cidades por autores de diferentes disciplinas. O texto é concluído com uma proposta metodológica de utilização: (1) das referidas periodizações; (2) do exame dos contextos; (3) da análise dos agentes; e (4) do desenvolvimento espacial das cidades.

Palavras-chave: períodos densos, hiatos temporais, periodização.

Abstract

METHODOLOGICAL ISSUES IN URBAN HISTORICAL GEOGRAPHY

The methodological issues of the Urban Historical Geography to examine cities in the long duration are discussed in this text. Two concepts are initially proposed: the “thick periods” and the “temporal hiatus”. The literature including different authors from different subjects dealing with the periodization of the cities is evaluated. Finally, a methodological proposal is presented for (1) using the cited periodizations; (2) examining contexts; (3) analysing the agents; and (4) the spatial development of the cities.

Key-words: thick periods, temporal hiatus, periodization.

1. Introdução

Uma das maiores dificuldades no exame das transformações espaciais das cidades, numa opção pela longa duração, é a relação entre os longos períodos, nos quais predominam as questões do cotidiano, e os momentos ou períodos que saem da rotina, e nos quais ocorrem eventos mais significativos, que ocasionam modificações na sociedade urbana, assim como nas funções, nas estruturas e nas formas espaciais.

Esses períodos, embora possam ser de curta duração, eu proponho que sejam chamados de “períodos densos”, porque representam momentos de grande intensidade, de importantes transformações que extrapolam o cotidiano, mas que não seriam ainda momentos de ruptura, que colocam a sociedade urbana (ou a mais ampla) diante de uma nova realidade ou de uma nova ordem.

Alguns desses “períodos densos” fornecem elementos factuais de grande riqueza, a partir de documentação da época, que registram as ocorrências extraordinárias. Como exemplo, podemos pensar nas invasões estrangeiras ou em períodos de guerras limitadas (em que encontramos relatos de ambos os lados, com imagens e cartografias da época, ou de rebeliões importantes, com processos judiciais, documentação na imprensa, em casos mais recentes).

Para a geografia urbana histórica, a cartografia de cada época tem uma importância fundamental – apesar das imprecisões, das impossibilidades de uma mensuração correta, das diferenças de escala etc. –, porque os próprios mapas são marcos definitivos de etapas das transformações espaciais da cidade, nos dando uma informação precisa (em diferentes graus) do que já existia, do que estava consolidado, e do que tinha importância em ser registrado e mapeado (desde a superfície documentada, até o que é representado ou colocado em destaque: igrejas, fortificações, logradouros etc.).

O mesmo se dá com os frontispícios ou perfis das cidades, nos quais podem ser observados inclusive as transformações da arquitetura e da paisagem urbana.

Outro grande problema, devido à inexistência ou à perda de documentos históricos, é a ocorrência de “hiatos temporais”, ou seja, o de não

encontrarmos mapas (ou outros registros, como as perspectivas), que correspondam a uma certa continuidade temporal, deixando assim longos intervalos sem informações espaciais, mesmo de “períodos densos” ou até de momentos de rupturas.

Uma questão adicional é a falta de dados estatísticos em intervalos regulares, como o dos censos (eclesiásticos ou governamentais), que são normalmente precários, raramente disponíveis para o conjunto das subdivisões das cidades e também não ocorrem necessariamente em “períodos densos”.

Como exemplo específico, no caso de Salvador, com a invasão holandesa (1624-1625) e com o ataque comandado por Nassau (1638), no que poderíamos chamar de um “período denso” da história da cidade. Nós dispomos de uma abundância relativa de informações escritas, relatos de cada parte nos conflitos, ilustrações e representações cartográficas de cada lado. Em seguida, vamos ter quase um século (até 1714) sem registros cartográficos da época, embora possamos contar com descrições de viajantes e contemporâneos, de documentação histórica dos registros quotidianos (Atas das Câmaras, Cartas do Senado, Ordens Reais, Posturas Municipais, etc.), que nos dão infinitos fragmentos das ocorrências quotidianas, mas que não configuram um quadro geral articulado, nem contam com a confiabilidade de um registro cartográfico da época.

Podem-se adicionar ainda as mudanças tecnológicas, que aparecem em determinados momentos, e que podem transformar o conjunto do funcionamento da sociedade e da cidade, como, por exemplo, o início da navegação regular a vapor, ou o começo da organização de transportes regulares urbanos, e que não estão, necessariamente, atrelados aos cortes dos período examinados.

Um segundo exemplo pode ser dado com o ano de 1850, momento de ruptura, e início de um “período denso” da história de Salvador. Este período está inserido no longo contexto escravista de três séculos e meio, e em meados do Império (1822-1889), já com o regime estabilizado. Externamente, o governo da Inglaterra, líder político e tecnológico mundial, ampliou sua pressão contra o tráfico de escravos. Internamente, os principais agentes tomaram posições diferenciadas. O Estado imperial tomou medidas sérias contra o tráfico, com o decreto de 1850 e a utilização da

marinha, ao tempo que elaborou normas em outros campos (Lei das Terras, Código Comercial) no mesmo ano, e favoreceu a modernização das províncias (início da ferrovia na Bahia em 1853). Os grandes comerciantes e traficantes de escravos baianos, diante da impossibilidade de continuar o tráfico, tinham as seguintes opções: (1) comprar terras agrícolas, segundo a nova lei; (2) investir na modernização da produção agrícola (144 engenhos a vapor na Bahia, em 1855); (3) comprar terras ou imóveis urbanos; (4) investir em infraestrutura urbana (primeiras linhas de diligências em Salvador em 1851; primeiro sistema de distribuição de água (chafarizes) em 1852); (5) investir no transporte marítimo (a Companhia Santa Cruz, do traficante de escravos Pedroso de Albuquerque é fundada em 1852); (6) investir em bancos e seguradoras (o Banco da Bahia, fundado em 1858, teve entre seus quatro fundadores o traficante de escravos J. Pereira Marinho); (7) investir em fábricas (têxteis ou outras); (8) ajudar obras assistenciais (o referido Pereira Marinho tem seu busto defronte do Asilo S. Isabel, da Ordem Terceira de S. Francisco). Quanto aos senhores de engenho, em plena crise (em 1850 a Bahia deixa de ser o primeiro produtor brasileiro de açúcar), sofrem a concorrência da beterraba europeia, as consequências da epidemia de febre amarela (1849-1850), e vêem os preços dos escravos aumentar com o fim do tráfico, e têm poucas alternativas além da venda de escravos para o sul do Brasil (em 1853 1.622 escravos vendidos), no momento em que o café passa a ser o principal produto brasileiro. Esse ano decisivo, inicia assim um “período denso” do ponto de vista de transformações espaciais de Salvador: por um lado o encarecimento dos escravos limita o seu uso e abuso como transporte de pessoas e mercadorias, por outro lado africanos livres passam a ser utilizados em obras públicas. Além disso, o início do transporte coletivo vai gradativamente se impor, e permitir a extensão da cidade e as separações de classes sociais, sobretudo ao se consolidar com a implantação dos bondes sobre trilhos, puxados por animais, em 1866.

Podem-se ainda acrescentar outras questões como o aparecimento de novas ideias e ideologias, que podem modificar as maneiras de pensar e transformar os valores da sociedade urbana em exame, como, por exemplo, as ideias da Contra Reforma ou as da Revolução Francesa etc., assim

como as influências do estilo artístico de cada período (Renascentista, Barroco, Clássico etc.).

Diante dessas dificuldades, como tentar avançar nessa situação, considerando as necessidades específicas da análise geográfica, que, em princípio, não deve repetir os mesmos passos da história urbana?

2. Revisão da literatura

Um dos autores que trataram dessas questões foi o historiador Fernand Braudel, mas com outra perspectiva, e tratando de realidades numa escala continental. No seu livro *La Méditerranée et le Monde méditerranéen à l'époque de Philippe II*, de 1949, ele trabalha a questão em três níveis: primeiro, o que chama de “tempos geográficos”, analisa a história quase imóvel, da relação do homem com o meio; em seguida, passa para os “tempos sociais”, com a análise da história ritmada lentamente, examinando as economias, os estados, as sociedades e as civilizações. O terceiro nível é o dos “tempos individuais”, quando examina a história dos acontecimentos, na dimensão do indivíduo. Em seu famoso artigo de 1958, “*Histoire et sciences sociales. La longue durée*”, Braudel avança, tratando da dialética da duração entre o instante e o tempo lento. Precisa então sua trilogia: (1) tempos curtos (do indivíduo, do cotidiano), quando os eventos apresentam caráter jornalístico; (2) conjunturas, tempos menos curtos, quando destaca as conjunturas econômicas e sociais; e (3) a longa duração, com tempos muito longos, e destaca os obstáculos geográficos, algumas realidades biológicas, certos limites de produtividade e obstáculos espirituais.

Outro historiador, o polonês Krzysztof Pomian, redigiu os verbetes “Ciclo” e “Periodização” na Enciclopédia Einaudi, publicada em português em 1993, mas não avança mais do que Braudel (que é citado), nas questões que nos interessam, sobre as diferentes temporalidades urbanas.

O geógrafo Milton Santos, em seus estudos teóricos, já em 1978, levantava a necessidade de uma periodização, considerando o espaço como acumulação desigual dos tempos. Em 1985, Santos insistiu sobre a neces-

sidade de uma periodização, numa escala mundial, ligada às modernizações: (1) período do comércio em grande escala (fins do século XV até 1620); (2) período manufatureiro (1620-1750); (3) período da revolução industrial (1750-1870); (4) período industrial (1870-1945) e (5) período tecnológico (pós 1945). Em estudo de 1988 o autor insere as noções de regime e de ruptura. Na sua publicação mais recente (1996), Milton Santos trabalha o tempo e o espaço geográfico, sempre em conjunto com as técnicas, e introduz a necessidade da elaboração de outras periodizações a escalas menores, não se restringindo apenas à escala do mundo, lembrando ainda que as periodizações nos dão um tempo externo e um tempo interno a cada subespaço (p.42-43).

Na geografia urbana histórica, várias abordagens foram tentadas no exame da cidade na longa duração.

Já em 1922, Raul Blanchard, no seu artigo “*Une méthode de géographie urbaine*”, quando tratou do capítulo da evolução urbana nas monografias, escreveu que os eventos poderiam ser agrupados segundo sua natureza ou serem seguidos em ordem cronológica, o que considerava preferível.

O autor de um dos raros livros sobre o assunto, o geógrafo britânico Harold Carter, em seu *An Introduction to Urban Historical Geography* (1987 [1983]), não trata da questão de periodização. No seu artigo de 1968, ele propõe fases de crescimento das cidades do País de Gales (“Medieval”, “de Transição”, “Georgiano”, “Industrial”, “Moderno” e “Contemporâneo”), mas numa perspectiva regional.

Por outro lado, outros geógrafos que trabalharam sobre a evolução histórica das cidades, tiveram que fazer escolhas específicas diante das realidades examinadas:

O geógrafo português Orlando Ribeiro escreveu vários textos sobre evolução de cidades. Destacamos um de 1994 [1955], sobre Lisboa, no qual o autor considera a longa duração, mas a partir da fundação da cidade, até o século XVI. Vai desde a “fixação da cidade”, continua pela “Cidade Muçulmana”, pela “Lisboa Manuelina”, e pela “situação no século XVI”. Entre os “saltos” históricos, comenta as partes da cidade.

O geógrafo francês Guy Burgel, na sua tese sobre Atenas (1981 [1974]), procurou romper com a cronologia, começando a examinar a capitaliza-

ção urbana num período mais recente (1950-1970), seguindo pelas etapas de crescimento da cidade, após a fundação da capital do novo estado grego (1834-1970), concluindo pelos mecanismos de crescimento da cidade, examinando o estado, o capital e os homens, sem preocupação temporal.

A geógrafa francesa Anne-Marie Seronde-Babonaux, quando escreveu sua tese sobre Roma (1980 [1975]), seguiu a cronologia, a partir do papel da cidade como capital do novo estado italiano, dando destaque, posteriormente, a determinados períodos. Iniciou com a Roma de 1870 (a capital da Itália); continuou pelo período de 1870 a 1922, denominando “Da Unidade ao Fascismo”; seguiu pelo período de 1922 a 1945, com a “Roma Mussoliniana”; fez um interregno para comentar a evolução da população durante o período de 1871 até 1945; e concluiu com o período de 1945 a 1978, o do “crescimento acelerado” da cidade.

A tese do geógrafo britânico Colin Clarke, publicada também em 1975, sobre Kingston, Jamaica, cobre desde o período colonial até a independência (1692 a 1962). O autor destaca seu interesse pela estrutura social e pela mudança social da cidade. Começa pelo período escravista (1692-1820); continua pelo período entre 1820 e 1938. Detalha o ano de 1943, devido à existência de censo; continua pelo período de 1944 e 1960; e conclui com o detalhamento do ano de 1960, que também contou com um censo.

O geógrafo brasileiro Maurício Abreu, quando estudou a evolução urbana do Rio de Janeiro (1987), iniciou sua análise pela passagem da “cidade colonial à cidade capitalista”, já no século XIX. Seguiu pelo exame do Rio de Janeiro do início do século XX, até a década de 1940, quando tratou da passagem do “urbano ao metropolitano”, e examinou as transformações mais recentes, trabalhando nas escalas local e metropolitana.

O geógrafo Bernard Marchand, em 1993, estudou a história de Paris nos séculos XIX e XX. Iniciou pelo período 1815 a 1850, época do crescimento rápido da cidade; seguiu pelo período 1850 a 1890, tratando da “Cidade Modernizada” com as obras de Haussmann; depois pelo período 1890-1930, denominado “Cidade Luz”, quando a cidade passa Viena durante a *Belle Epoque*. Em seguida examinou o período de 1929 a 1952, quando a cidade sofre os resultados da primeira guerra mundial, da de-

pressão e da segunda guerra. Concluiu com o período de 1953 a 1974, com “Um Novo Haussmanismo?”. Neste caso, fica a dúvida se não se trata de um estudo histórico realizado por um geógrafo.

Mais recentemente, o geógrafo Marcel Roncayolo publicou sua tese sobre Marselha (1996), na qual utiliza cronologias paralelas, sempre a partir do século XIX, considerando que a estrutura da cidade se formou nesse século: uma primeira para o exame do crescimento demográfico, quando destaca dois “tempos fortes” de crescimento da cidade (1841-1866 e 1954-1968); uma segunda sobre as estruturas econômicas e sociais (“idade industrial”), no século XIX; uma terceira, que destaca as modalidades da construção e do urbanismo, com dois “tempos fortes” (1832-1866 e depois dos anos 1950-1975). Quando examina o “Mosaico Urbano”, e no tomo 2, o “Modelo Liberal”, o autor recua no tempo e parte de 1666, data da primeira ampliação da cidade. Destaco a proximidade entre os conceitos “períodos densos”, usados no início do texto, com os “tempos fortes” propostos por Roncayolo.

Apesar das importantes contribuições, apenas um autor, entre os estudos de caso citados, trata de uma longa duração plurisecular, Clarke, no seu estudo de Kingston, e sua resolução foi definida pela existência de censos em períodos mais recentes, que permitiram a realização de cortes sincrônicos.

3. Proposta metodológica

No caso das cidades brasileiras, que apresentam uma longa história, as dificuldades da geografia urbana histórica permanecem, na tentativa de escapar da simples diacronia.

Metodologicamente, um dos caminhos poderia ser o de articular a pesquisa na geografia histórica urbana nas bases seguintes:

- 1) Estabelecer uma periodização das longas durações, examinando as continuidades e as grandes rupturas, de acordo com os eventos históricos de maior importância para a cidade em exame;

2) Examinar o contexto de cada período em análise, buscando retirar das fontes primárias e secundárias disponíveis o que ocorreu de mais importante para a cidade e que aspectos nas diferentes escalas (internacional, nacional, regional, local) podem ter causado impacto direto ou indireto na cidade. Devem ser considerados os ciclos econômicos (como os de Kondratiev) e examinadas as questões relevantes de ordem ideológica, política, econômica, social, cultural, espacial etc.;

3) Examinar os agentes mais importantes, externos e locais, que contribuíram para modelar a cidade, como o Estado, a Igreja, os Agentes Econômicos, os diferentes estratos da população etc., com papéis e pesos diferenciados segundo o período em exame;

4) Finalmente, e mais importante para nós, examinar o desenvolvimento espacial da cidade em cada período, tomando como referência principal a cartografia original (e a iconografia existente), mas complementada pelas informações escritas (inclusive as estatísticas), e de preferência de fontes primárias. A partir de um certo nível de crescimento da cidade, as partes da mesma poderão ser examinadas individualmente, segundo os vetores principais de expansão.

Mas, a opção pelas transformações espaciais, privilegiando as mudanças das partes e dos eixos da cidade, se por um lado dá um caráter mais geográfico do que histórico ao estudo, e permite descobrir relações espaciais que estavam ocultas, por outro lado, criam uma dificuldade suplementar: como adicionar informações pontuais no tempo, como, por exemplo, os relatos dos viajantes ou dos cronistas que escreveram durante o período, por uma ordem que não seja a cronológica, sobretudo considerando que a maior parte das descrições refere-se, em sua grande maioria, às áreas centrais da cidade?

4. Conclusões

Estas são questões que trazemos para o debate, que ainda não estão plenamente resolvidas, mas que correspondem a uma necessidade que a própria pesquisa requer, seja levando à elaboração de novos conceitos,

seja tentando propor novos caminhos metodológicos para o estudo da cidade no passado, que não conta ainda com grande acervo teórico, se comparado com a quantidade de estudos empíricos, em sua maioria de grande qualidade.

Notas

¹ Publicado originalmente em Vasconcelos, P. A.; Silva, S. B. M. (orgs.). **Novos Estudos de Geografia Urbana Brasileira**, 1999, p. 191-201.

Referências

ABREU, Mauricio. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Iplanrio / Zahar, 1987.

BLANCHARD, Raul. Une méthode de géographie urbaine. **La Vie Urbaine**, n. 16, p. 301-319, 1922.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrânico**. Lisboa: Martins Fontes, 1983 [1949] (Vol. 1).

BRAUDEL, Fernand. Histoire et sciences sociales. La longue durée. In : Carbonnel, C.-O. & Walch, J. (Dirs.). **Les Sciences Historiques de l'Antiquité à nos Jours**. Paris: Larousse, 1994 [1958]. p. 256-268.

BURGEL, Guy. **Croissance urbaine et développement capitaliste. Le "miracle" athénien**. Paris: Eds. du CNRS, 1981 [1974].

CARTER, Harold. Phases of Town Growth in Wales. In: Dyos, H. J. (Ed.). **The Study of Urban History**. London: Edward Arnold, 1968. p.231-252.

CARTER, Harold. **An Introduction to Urban Historical Geography**. London: Edward Arnold, 1987 [1983].

CLARKE, Colin G. **Kingston, Jamaica. Urban Development and Social Change 1692-1962**. Berkeley: Univ. of California Press, 1975.

MARCHAND, Bernard. **Paris, Histoire d'une ville (XIX-XX siècle)**. Paris: Seuil, 1993.

POMIAN, K. Ciclo. In: **Enciclopédia Einaudi**, vol. 29. Lisboa: Imp. Nacional, 1993. p.103-163.

- POMIAN, Krzysztof. Periodização. In: **Enciclopédia Einaudi**, vol. 29. Lisboa: Imp. Nacional, 1993. p.164-213.
- RIBEIRO, Orlando. Lisboa, gênese de uma capital. In: **Opúsculos Geográficos**. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1994 [1955]. p.71-102.
- RONCAYOLO, Marcel. **Les Grammaires d'une Ville**. Paris: Eds. E.H.E.S.S., 1996.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. S. Paulo: Hucitec, 1980 [1978] (2a. ed.).
- SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. S. Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. S. Paulo: Hucitec, 1988.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. S. Paulo: Hucitec, 1996.
- SERONDE-BARBONAU, Anne-Marie. **De l'Urbs à la Ville: Rome, croissance d'une capitale**. Paris: Edisud, 1980 [1975].

Recebido em: 15/11/2009

Aceito em: 10/12/2009

